



O Jornal diário dos
Ancepianos
20 de dezembro - 12 horas

EVENTOS DE JANEIRO EVIDENCIAM A FORTE BASE REGIONAL SOBRE A QUAL A ANCEP ATUA



A intensa programação de eventos em janeiro mostra duas das principais forças da ANCEP: de um lado, a capacidade de mobilizar os mais diversos meios possíveis para viabilizar o cumprimento do programa e, de outro, a sua regionalização. Poucas associações têm hoje a capacidade de atuar de forma tão disseminada através do País.

Os eventos, como nos anos anteriores, estão espalhados pelo País

Serão nada menos de 10 seminários, oferecendo com isso uma base de orientações seguras quanto ao encerramento do exercício, mas não apenas isso. Oferecerão também oportunidades imperdíveis para um melhor entendimento da nova norma que permite aos planos terem o seu próprio CNPJ, uma nova regra criada para lhes assegurar maior segurança jurídica.

A Abrapp, através de seu Presidente, Luís Ricardo Marcondes Martins, terá um espaço nos eventos para apresentar a nova regra e seus benefícios. Afinal, trata-se de uma iniciativa de forte impacto positivo para o nosso sistema e não só merece como precisa ser divulgada da forma mais ampla.

A programação do **Seminário Procedimentos e Controles no Encerramento das Demonstrações Contábeis do Exercício 2018 das EFPCs** terá início e se encerrará dentro do mês de janeiro, com um total de 10 eventos, a saber: **Rio de Janeiro** (14), **Salvador** (15), **São Paulo** (17), **Recife** (18), **Brasília** (21); **Vitória** (22). **Belo Horizonte** (23), **Curitiba** (25), **Florianópolis** (28) e **Porto Alegre** (29).

Classe contábil apresenta propostas ao novo governo

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC), juntamente com o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), enviaram um ofício ao presidente eleito Jair Bolsonaro para externar apoio ao novo governo e, também, apresentar as propostas da classe contábil para o desenvolvimento do País.

No documento, as entidades ratificam o compromisso em apoio o processo de desburocratização, simplificação, transparência, controle e combate à corrupção. "Estamos à disposição para o aprimoramento contínuo do ambiente regulatório e de criação de um ambiente que favoreça o cumprimento de leis e regulamentos, com vistas a garantir o resgate da segurança jurídica, a redução do Risco Brasil e o aumento da competitividade no País e consequente redução da desigualdade social", ressalta o ofício.

O CFC e o Ibracon reafirmaram, ainda, a intenção em auxiliar na aprovação de projetos de lei que propiciem o desenvolvimento econômico e social, tais como, a redução e simplificação da carga tributária brasileira; o fortalecimento da Contabilidade Aplicada ao Setor Público e Privado; e a valorização da carreira de contador do setor público.

As instituições também listaram as atividades que são desenvolvidas com o setor público, tais como, o acordo de Cooperação Técnica com o Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) para a prevenção à lavagem de dinheiro; o trabalho em conjunto com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) quanto ao processo de prestações de contas de candidatos e partidos políticos apresentadas à Justiça Eleitoral; a parceria com o Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU) com o objetivo de fomentar a criação de Ouvidorias em todo o Brasil; o acordo de Cooperação Técnica firmado com o Conselho Nacional de Controle Interno (Conaci), a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon), a Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC) para promoção do projeto da classe contábil “Abraçando o Controle Social”.

O ofício ainda cita os acordos de cooperação técnica com a Atricon e a Associação Brasileira dos Tribunais de Contas dos Municípios (Abracom) com foco na elaboração das Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas à Auditoria Governamental; e com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), firmado em 2015, com o objetivo de seguir com o processo de adoção das International Public Sector Accounting Standards (Ipsas) no Brasil; além da participação nos Fóruns da Receita Federal do Brasil (RFB) que discutem o Sistema Público de Escrituração Digital (Sped), desde 2005.

Além das ações listadas, as entidades informaram que o CFC está propondo uma atualização da sua Lei de Regência – Decreto-Lei n.º 9.295/1946), contemplando, especialmente, a adequação à norma ética internacional de contabilidade Noclar –Responding to Non-compliance with Laws and Regulations (em português: Respondendo ao Não Cumprimento com Leis e Regulamentos), emitida pelo International Ethics Standards Board for Accountants (Iesba), da Federação Internacional de Contadores (Ifac). A norma Noclar se caracteriza como resposta ao descumprimento de leis e regulamentos, conferindo aos profissionais da contabilidade, em determinadas situações, o comando de informar às autoridades competentes irregularidades que impliquem corrupção, lavagem de dinheiro e sonegação de impostos, entre outros ilícitos.

“Buscamos promover ações em parceria com os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, a fim de contribuir com a construção de uma sociedade mais íntegra e ética, no desenvolvimento de atividades cujo protagonismo do profissional da contabilidade colabora com o combate à corrupção e à lavagem de dinheiro, fomentando a confiança, a transparência, o controle social e o desenvolvimento econômico do Brasil”, conclui o documento. (CFC)

Para ler o ofício na íntegra, clique [aqui](#).

Fapes: já são R\$ 3,5 milhões ganhos na Justiça

A Fapes se prepara para receber um reforço de cerca de R\$ 3,5 milhões em seu caixa. A cifra refere-se a 16 vitórias conquistadas pelo fundo de pensão em disputas judiciais ao longo deste ano e que começarão a ser pagas nos próximos meses. A mais relevante, no valor aproximado de R\$ 3 milhões, diz respeito ao estorno do IOF recolhido indevidamente pela entidade de janeiro a maio de 1999.

Ajuizada em março de 2005, a ação foi apreciada duas vezes pelo Tribunal Regional Federal (TRF) da 2ª Região: a primeira em dezembro de 2010, com decisão desfavorável à postulante, e a segunda em maio último, cumprindo resolução do Superior Tribunal de Justiça (STJ), que determinou, em setembro de 2016, uma nova análise do caso, registra o **SITE DA REVISTA INVESTIDOR INSTITUCIONAL**.

“O TRF mudou o seu parecer, acatando o argumento de que a Fapes tem direito a imunidade tributária, por não ter fins lucrativos. Em outubro, a decisão transitou em julgado, ou seja, tornou-se definitiva”, explica o diretor de seguridade e jurídico Bruno Macedo Dias. “O valor recolhido em 1999, no total de R\$ 928 mil, será devolvido com correção pela taxa Selic.” Os outros triunfos jurídicos colhidos pela entidade, que somam R\$ 521,3 mil, são honorários de sucumbência.

Brasileiros já passam 21 anos recebendo o benefício da aposentadoria

Os brasileiros estão passando uma parte cada vez maior de suas vidas na aposentadoria, o que tende a pressionar ainda mais as despesas públicas, segundo estudo do IPEA. Em uma década e meia, a duração média dos benefícios concedidos por tempo de contribuição saltou de 14,7 anos para 20,9 anos, no caso dos homens, e de 15,2 anos para 21,2 anos, no caso das mulheres. Isso significa que os brasileiros que se aposentam por tempo de contribuição ficam um quarto de suas vidas na inatividade, recebendo os pagamentos do INSS, noticia **O ESTADO DE S. PAULO**.

A aposentadoria por tempo de contribuição é considerada um “privilégio” porque é acessada geralmente pelos mais ricos, que conseguem permanecer por mais tempo num emprego com carteira assinada. Pelas regras atuais, para se aposentar por tempo de contribuição são necessários 35 anos (homens) e 30 anos (mulheres) de contribuição. Essa modalidade deixaria de existir com a instituição de uma idade mínima, considerada essencial para equilibrar as contas públicas. No ano que vem, o déficit esperado com a Previdência é de R\$ 218 bilhões.